

# Entrelaçando

Revista Eletrônica de Culturas e Educação  
N. 6 • V 1 • p. 35-46 • Ano III (2012) • Set.-Dez • ISSN 2179.8443

Caderno Temático IV  
**Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial**

## **A FEIÇÃO MERCANTIL DA ECOLOGIA: como o capital privado tem atuado no desmonte das soberanias territoriais**

Gabriel Troilo<sup>1</sup>  
**Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**

### **RESUMO**

Este trabalho foi elaborado pelo presente autor como atividade da Pós-Graduação em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro. O objeto levantado foi a atuação do capital privado internacional nas economias de países em desenvolvimento, o modo como as transnacionais utilizam o discurso ecológico para impor seus interesses sobre as nações, comprometendo a soberania dos territórios sobre suas riquezas naturais. Para tanto, através de pesquisa bibliográfica, foram relacionadas as estratégias como a atuação no plano ideológico com a utilização do discurso da ecologia para mascarar a responsabilidade sobre os problemas ambientais gerados pelas externalidades do modelo de produção e consumo, a inserção dos interesses das empresas dentro da própria pauta ambientalista, pressionando países a abrirem espaço para a gestão privada de ecossistemas com alta biodiversidade, além de debater a relação entre a modificação de legislações ambientais, como o código florestal brasileiro, e a abertura de espaço para a financeirização dos recursos e serviços naturais dentro do escopo da economia verde. Das diversas formas em que o empresariado objetiva internacionalizar os recursos naturais e a biodiversidade dos países em desenvolvimentos conclui-se que a defesa dos territórios deve perfazer uma pauta internacional para fazer frente à atuação do capital globalizado.

**Palavras chave:** Ambientalismo de mercado. Soberania territorial. Economia verde .

---

<sup>1</sup> Biólogo, graduado pela Universidade Estadual de Londrina (PR); Pós-graduando no curso de Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (BA).

**ABSTRACT**

This work was done by the present author as activity of Postgraduate Education in the Field and Territorial Development of the Brazilian semiarid. The subject raised was the role of private capital in the international economies of developing countries, how companies use the ecological discourse to impose their interests on the nations, compromising the territorial sovereignty over their natural wealth. Therefore, through a literature review, were related strategies as the performance on the ideological level with the use of the ecology of discourse to mask the responsibility on environmental externalities generated by the model of production and consumption, the integration of business interests within the environmentalist agenda, pushing countries to open space for private management of ecosystems with high biodiversity, In addition to discussing the relationship between the change of environmental laws, such as the Brazilian forest code, and opening space to the financialization of the natural resources and services within the scope of the green economy. Of the various ways in which the business aims to internationalize the natural resources and biodiversity of developing countries concluded that the defense of the territories should make up an agenda for international action to face the globalized capital.

**Keywords:** Market Environmentalism. Territorial sovereignty. Green Economy.

**Introdução**

Em recente discurso proferido aos chefes de Estados reunidos na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, o presidente boliviano Evo Morales declarou com palavras firmes o que dificilmente um político na posição dele tem a ousadia de assumir publicamente. Condenando abertamente o sistema capitalista que, segundo ele, “considera a vida apenas um negócio e usa o meio ambiente para seus próprios fins”, Morales deixou clara sua mensagem às nações em desenvolvimento: a necessidade urgente de proteger a integridade de seus territórios frente à invasão das multinacionais e consequente privatização dos recursos e serviços fundamentais à população, chegando até a aconselhar os países a estatizar estes bens e serviços. Suas palavras não só representaram uma crítica à direção tomada pelos debates promovidos entre as nações presentes na conferência, mas também uma afronta direta aos países desenvolvidos, acusando-os de utilizar o discurso ambiental para submeter os países do sul a frearem seu desenvolvimento além de afetarem a soberania dos mesmos ao criar mecanismos de intromissão para ditar como estas nações devem utilizar seus recursos naturais. (VILELA, F. 2012)

Tomamos a narrativa do presidente boliviano para iniciar esta reflexão pois ela expressa a resistência dos povos latino-americanos e demais países subdesenvolvidos contra o avanço desenfreado do capital privado sobre os recursos naturais, e, conseqüentemente, sobre os territórios. Parte desta resistência tomando forma na elaboração crítica que enfrente e desmascare as estratégias ideológicas por trás do discurso ambientalista empresarial constituído no marco das políticas

neoliberais, parte se expressando na luta concreta dos povos pela defesa da soberania territorial frente às formas de intervenção das empresas transnacionais.

Neste sentido o presente ensaio tem o objetivo de debater o movimento de afronta à soberania territorial das nações pelo capital privado internacional através das estratégias corporativas de intromissão nas economias nacionais, no sentido de compreender como o discurso ecológico é utilizado para submeter os países em desenvolvimento, seus territórios e seus recursos naturais às regras do mercado internacional.

### **Ambientalismo empresarial e cultura da sustentabilidade**

Durante as ultimas décadas assistimos a ascensão de uma forma de contestação social sustentada por boa parte da população mundial, principalmente pela classe média: a preocupação com os riscos advindos do avanço das atividades produtivas para a natureza e para a sobrevivência da humanidade em geral. Em um contexto de crise ambiental em que o ambientalismo torna-se a narrativa moderna de contraposição à indústria, é oportuno que os responsáveis pela ruína do meio ambiente elaborem estratégias ideológicas eficientes para mascarar sua operosidade. Através da apropriação dos termos, esvaziamento de seus significados e elaboração de “slogans”, as transnacionais desenvolvem formas elaboradas de publicidade ambiental e as difunde de maneira massiva. Assim o capital privado internacional passou a utilizar o discurso ecológico de maneira ambígua para escamotear sua ação destrutiva sobre o meio ambiente e a população, e ainda assim produzir uma imagem propositiva de seus produtos e serviços, garantindo mercado consumidor e obtendo aprovação social de suas atividades (COELHO, R. 2010).

Observamos a intensificação deste processo a partir das resoluções tiradas na própria Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável ocorrida há vinte anos, a Rio-92, estando este evento já ocupado pelos interesses do empresariado. A elaboração central da primeira reunião, a tese da sustentabilidade, acabou sendo convertida em um termo que ocupou toda a estratégia de marketing empresarial contemporâneo: o “desenvolvimento sustentável” como metanarrativa da proteção do meio ambiente e garantia de sobrevivência das gerações futuras. As empresas de diversos ramos de atividade se cobriram com tons publicitários sustentáveis e, da noite para o dia, toda e qualquer forma de produção econômica nefasta ganhou o rótulo de “ambientalmente responsável”. A cultura da sustentabilidade ganha espaço no meio publicitário e educativo informal, passando a pautar as ideias centrais da educação ambiental contemporânea. Com o objetivo de delegar à população a responsabilidade pela crise ambiental, ela acaba tornando os cidadãos comuns e seus hábitos negativos os culpáveis pela destruição da natureza, sendo que a solução passa a

residir na mudança do comportamento dos sujeitos e na a geração de uma suposta consciência ambiental em relação ao modo como cada um é habituado a conduzir sua vida privada. Esta estratégia ideológica torna-se eficiente no sentido de inverter a responsabilidade pelos prejuízos ambientais da sociedade moderna, isentando assim o capital privado e colocando o peso nas costas da sociedade como um todo. Como resultado as empresas ganham o aval para, por traz da fachada sustentável, avançar sistematicamente na apropriação de recursos naturais e externalização dos custos de produção sobre o ambiente e a população. Ao tempo em que se assenta uma cultura de cuidado com o ambiente através da ação individual, “cada uma fazendo sua parte”, exclui-se a necessidade de organização popular coletiva para enfrentamento dos responsáveis pelas verdadeiras causas dos problemas sociais e ambientais. Excluem-se assim os processos de identidade de classe perante os processos de dominação, sendo que tais conflitos desaparecem no bojo da crise ambiental em que todos se tornam responsáveis por reverter o prejuízo que uma pequena parte gera (ACCIOLY, I. 2012).

A lógica produtivista e consumista passa a ser apoiada pelo modismo da sustentabilidade expresso na propaganda de todos os produtos e serviços ditos sustentáveis, mas produzidos à custa da dilapidação da vida. Com a propaganda organizada e a utilização de projetos socioambientais pautados em políticas reducionistas as multinacionais conseguem manter os insustentáveis padrões crescentes de produção e consumo sem enfrentar resistência social significativa. Sendo assim o discurso ecológico torna-se um negócio altamente lucrativo para as empresas que mais arrancam recursos da terra, geram resíduos contaminantes de maneira irresponsável e superexploram os trabalhadores. No bojo da crise ambiental todos se tornam iguais perante a tarefa de salvar o planeta enquanto os conflitos de classe e a dominação econômica são abafados pelo discurso ecológico de maneira estratégica. Alguns autores chegam até a indagar que a ecologia tornou-se uma das mais sérias ameaças às lutas sociais (GALEANO, E. 1940; BERNARDO, J. 2012).

Não é de se estranhar que, passados vinte anos, o termo sustentabilidade acabou se convertendo em “crescimento sustentado”, expressão repetidamente utilizada no documento oficial da Rio + 20, e que coloca à mostra a verdadeira face do capital privado e suas intenções sobre os recursos naturais do planeta (MOMBIOT, G. 2012).

### **As estratégias de apropriação privada dos recursos naturais e controle dos territórios**

Já é consenso que um dos resultados mais contraditórios da globalização econômica é o fato de que quanto maior a riqueza natural de um território mais intensamente se multiplica a miséria de

suas populações. É da natureza do modo de produção capitalista a apropriação privada dos recursos comuns e a externalização dos prejuízos para a sociedade como um todo. Levando ao extremo a racionalidade econômica neoliberal de maximização dos lucros e minimização dos custos de produção, as empresas transnacionais tem avançado sistematicamente sobre os territórios, se apoderando das riquezas, superexplorando força de trabalho e deixando um rastro de miséria e destruição nos países em que estão presentes. O objetivo maior das transnacionais é internacionalizar a totalidade de recursos do planeta para facilitar a privatização dos mesmos, além de estabelecer regras de mercado para a produção e circulação das mercadorias em todo o globo. Para tanto há um jogo de interesses por trás das relações geopolíticas contemporâneas que expressam a intencionalidade do grande capital em controlar as riquezas naturais das nações, tanto que na América Latina toda há bases militares norte-americanas instaladas em regiões estratégicas como a Amazônia e parcelas do litoral.

A bem da verdade os grupos oligopólicos transnacionais operam um jogo de poder que comanda estas relações de dominação entre seus países-sede e as nações que lhes interessam intervir, gerando a correlação de forças necessária à intromissão nas economias nacionais. Assim, em uma ação clara de intimidação, os países hegemônicos mantêm a vigilância dos territórios de interesse através da presença militar, fornecendo suporte para o exercício de controle dos mesmos através de estratégias de intervenção com feições de legalidade nos marcos da doutrina neoliberal, já que o uso da força direta é opção esgotada na atual conjuntura política mundial. Através dos organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, o capital privado pressiona os Estados a seguirem suas regras e se submeterem à lógica de desenvolvimento que os torna meros fornecedores de recursos primários e força de trabalho à valores irrisórios. São formas de dominação que pressionam os países a garantir de maneira cada vez mais vigorosa a abertura de suas economias à intervenção do mercado internacional (PORTO-GONÇALVES, 2005)

O desafio central destes organismos internacionais na atualidade tem sido obter livre acesso aos recursos naturais e à biodiversidade, criando mecanismos para driblar ou mesmo acabar com as limitações impostas pelas fronteiras dos Estados. As transnacionais se movimentam no sentido de adentrar os territórios e se apropriar destes recursos usando de estratégias que legitimem sua ação exploratória. Como a problemática ambiental vem se tornando um dos principais entraves colocados pelos Estados ao avanço desta lógica de liberalização dos bens naturais, a estratégia central do mercado está sendo se apropriar do próprio campo ambiental.

Em primeiro âmbito observamos este movimento na atuação direta do capital privado no interior da pauta ambientalista: a pressão para criação de áreas protegidas em territórios

internacionais como nova fórmula de desmonte da soberania dos Estados sobre a biodiversidade. Em amplo documento que analisa as afrontas à soberania dos povos pelas empresas privadas, Elizabeth Bravo (2010) expõe as formas de atuação das chamadas “transnacionais da conservação” no controle dos ambientes naturais das nações latino-americanas, principalmente as que contemplam a região amazônica. Disfarçadas por uma fachada ecológica estas organizações conservacionistas são financiadas por empresas petrolíferas, mineradoras, turísticas, entre outras para pautar o movimento ambientalista nos países que contém importantes reservas de biodiversidade. Através da intervenção nas políticas ambientais destes países estas organizações passam a firmar convênios para criação de imensos corredores ecológicos internacionais, sendo que as iniciativas público-privadas resultantes abrem concessões cada vez maiores para o setor privado controlar estas áreas. Tal processo acaba abrindo espaço para as empresas acessarem a biodiversidade, se apropriando de espécies de interesse biotecnológico e criando direitos de propriedade sobre elas, além é claro de passarem a lucrar com a venda de serviços ambientais promovidos por imensas reservas nativas.

Tal movimento segue a lógica preservacionista de isolar o ambiente natural, limitando o acesso das populações humanas que nele vivem, e, sobre a aparência do ambientalismo, impor os interesses claros de determinados grupos sobre as riquezas contidas nestas áreas. A pauta ecológica com a narrativa de preservação dos espaços naturais torna-se uma eficiente ferramenta para o capital privado se apropriar da natureza e privar o acesso dos povos aos recursos comuns. As comunidades que historicamente desenvolvem seu modo de vida nos ambientes naturais, como indígenas, extrativistas, ribeirinhos, caiçaras, etc; perdem o direito fundamental ao acesso à seus territórios de vida, perdem sua autonomia sendo marginalizados e absorvidos pelo mercado de trabalho.

Em um âmbito mais conjuntural assistimos à consolidação de uma forma de ecologia mercantilizada que se utiliza do debate desenvolvido em torno dos limites ao crescimento econômico, por conta da degradação do meio ambiente pelas atividades humanas, para construir suas estratégias geopolíticas de intervenção nos territórios. É através da manipulação dos debates em torno da crise ambiental que o capital utiliza da estratégia já comentada acima: responsabilizar a sociedade como um todo pelos problemas gerados por um pequeno grupo hegemônico, e assim apresentar soluções para a crise no âmbito do próprio mercado.

Um exemplo claro foi a criação do mercado de carbono a partir dos acordos firmados entre os Estados na Rio 92. Diante da ameaça iminente de catástrofe climática alardeada por diversos cientistas por conta do excesso de gás carbônico adicionado à atmosfera pelas atividades industriais, o grande capital se aproveita da tese cataclísmica do aquecimento global para tornar o próprio ar

uma forma de mercadoria. Através do estabelecimento de um mercado de trocas de cotas de emissão de gás carbônico os países desenvolvidos poderiam avançar seu vigoroso desenvolvimento continuando a emitir toneladas deste gás enquanto países subdesenvolvidos seriam forçados a conter seu desenvolvimento e preservar suas florestas para vender cotas de carbono que estas absorvessem da atmosfera, como se fossem créditos deste gás negociáveis no mercado. Assim foram gerados os princípios norteadores das economias de baixo carbono como uma nova forma de colonização dos países pobres sobre o pretexto da salvação do planeta (PORTO-GONÇALVES, 2005). Mas a teoria de que o planeta está aquecendo por conta da atividade humana é dada como controversa, sendo contestada por diversos cientistas que afirmam com base em dados empíricos que a parcela de gás carbônico adicionado à atmosfera pelas atividades humanas é ínfima se comparada aos balanços de ciclagem natural deste gás, e que o que comanda o clima do planeta é a entrada de energia externa proveniente do sol e as relações de troca térmica entre o oceano e a atmosfera (MOLION, L.C.B. 2008). Muitos deles afirmam ser o aquecimento global um alarde midiático em torno de uma crise ambiental sistêmica supostamente gerada pela humanidade como um todo, sendo que na verdade os maiores consumidores de combustíveis fósseis perfazem uma pequena parcela da população mundial, os países hegemônicos e as empresas transnacionais. Ou seja, a questão da utilização da energia através da queima de combustíveis que geram gás carbônico como resíduo é utilizada como fachada através do debate ambiental para escamotear as relações de poder entre potências mundiais que já esgotaram seus recursos energéticos e pretendem de alguma forma manter a dominação sobre os países que tem recursos energéticos de sobra para ameaçar a hegemonia das nações dominantes (A VERDADE, 2010).

Não é de se estranhar que no ápice dos debates contemporâneos em torno da crise ambiental as estratégias do capital privado passam a evoluir ao ponto de enxergar nos próprios limites ao crescimento um novo nicho de mercado, visto que a destruição da natureza e o esgotamento dos recursos acabam se tornando um sério impedimento à sua reprodução. Diante desta ameaça, as estratégias se voltaram para a financeirização de todos os processos e produtos gerados pela natureza, a fim de criar um novo mercado onde a preservação do meio ambiente passe a ter uma solução dentro da lógica mercantil e possa gerar taxas crescentes de lucros para as empresas tanto quanto o próprio processo produtivo. A agenda das transnacionais passou a confluir para tal propósito partir da construção de uma nova vertente da economia, a “economia verde”, através da qual são criados novos instrumentos de mercado que passam a atuar no âmbito da preservação ambiental. Para tanto introjetam no discurso ecologista o conceito de “serviços ambientais”: a geração de água em nascentes, a purificação do ar atmosférico, a produção de nutrientes no solo para a agricultura, a polinização das plantas entre outros se tornam bens negociáveis. São serviços

prestados pela natureza que estão se tornando escassos, e, portanto, devem ser valorados e colocados dentro da lógica de compra e venda. A biomassa de todo o globo e seus processos de ciclagem tendem a ser privatizados e transformados em mercadorias passíveis de serem comercializadas. Neste processo a biodiversidade assim como os ecossistemas deverão ter valores econômicos atribuídos pelo mercado, além de se ampliar os direitos de propriedade sobre os recursos da natureza que são considerados bens comuns. A natureza que antes era tratada pela sociedade capitalista como um conjunto ilimitado de materiais disponíveis ao processo produtivo agora ganha o caráter utilitarista de “prestadora de serviços” à humanidade, serviços que passam a ser internalizados como custo no processo produtivo e, portanto, devem ser devidamente taxados. Tão logo veremos surgir o mercado de “pagamento por serviços ambientais” em todo o planeta (PACKER, L. 2012).

Na conjuntura de crises sistêmicas do modo de produção capitalista o discurso da economia verde se tornou o centro de atuação do capital privado para abrir um novo leque de oportunidades de lucros com a resolução dos problemas ambientais em nível de mercado. Sob a justificativa de promover a sustentabilidade das sociedades através da inserção dos processos ecológicos e recursos naturais no mercado financeiro, as transnacionais objetivam intervir na base das legislações ambientais de todas as nações, impondo um padrão comum aos processos de apropriação dos bens, produção e circulação de mercadorias. O desafio colocado é o de criar um novo mercado, com mecanismos jurídicos que garantam a abertura dos territórios, privatização e valoração monetária das riquezas naturais.

### **O desmonte do código florestal brasileiro e a transição para a economia verde.**

Há de se destacar a manifestação deste processo em nosso país através do desmonte do código florestal em movimento nos dias atuais. Na aparência há um jogo político entre as forças conservadoras, representadas pela bancada ruralista no congresso nacional, que objetivam alterar o código para garantir o aumento dos espaços produtivos com respectiva diminuição das áreas de proteção, batendo de frente com os movimentos ambientalistas que se colocam contra tal processo. Mas, investigando a fundo as alterações propostas há de se compreender também um movimento de abertura jurídica para a instauração dos mercados de carbono e de pagamento por serviços ambientais no território brasileiro. A análise feita pela assessora jurídica da Terra de Direitos, Larissa Packer (2012), desvela como o processo de flexibilização do código florestal está diretamente vinculado às propostas de mudanças radicais na forma de relação da sociedade com o



meio ambiente, através da transição para uma economia verde que contemple a “economia de baixo carbono” e a “economia da biodiversidade”. Em suma, ao transformar a floresta em títulos patrimoniais negociáveis no mercado, a reforma na legislação abre caminho para a instituição de novas formas de propriedade, colocando as florestas nativas e a biodiversidade como um todo à mercê do capital privado, e assim abrindo espaço para a economia verde no mercado financeiro:

O mercado de pagamentos por serviços ambientais foi pensado para se gerar dinheiro para custear o cumprimento dos tetos de emissão ou limites de conservação impostos por lei, financiando desmatadores, assim como para autorizar a continuidade das emissões e desmatamentos através do mercado das compensações. A compra de títulos “verdes”, como a Cota de Reserva Ambiental, ou a compra de serviços ambientais autorizariam a continuidade e até o aumento das emissões e degradação das grandes corporações dos países desenvolvidos, transferindo a dívida ambiental e climática para os países e povos e comunidades do Sul. O dinheiro levantado no mercado financeiro “verde”, não apenas paga a conta da indústria e do agronegócio como alavanca o sistema financeiro com um gigantesco mercado de produtos, tecnologias, serviços, assessorias e ativos sob o rótulo de verdes (PACKER, L. 2012 p.20).

Segundo Larissa Packer as modificações no código são contraditórias com a própria constituição brasileira no que tange a função socioambiental da propriedade: a utilização racional dos recursos para o aproveitamento produtivo que favoreça o desenvolvimento social sem prejudicar o meio ambiente. Segundo as condicionantes modificadas no código os proprietários ficam desobrigados a atender qualquer interesse público e social, estando assim a empresa capitalista do campo com aval da legislação para avançar sobre os ambientes e arrancar lucros vultosos da terra, já que pela nova fórmula ela pode adquirir títulos representativos para compensação da reserva legal, as cotas florestais, em propriedades de terceiros e ainda financiar a regulamentação ambiental de suas terras através do mercado de pagamentos por serviços ambientais. Nestes termos o agronegócio passa a operar livremente sobre os territórios, adentrando as áreas naturais antes protegidas na forma de patrimônio público, esgotando as terras para a produção em escala de produtos primários para exportação, deixando um prejuízo para a sociedade como um todo com a destruição dos ambientes e esgotamento dos recursos. A novidade é que os cidadãos passarão a ter que arcar com este prejuízo através dos novos mecanismos de mercado, os pagamentos por serviços ambientais é que passam a financiar o ônus das compensações ambientais dos grandes latifundiários, serviços que se tornarão cada vez mais caros conforme o ambiente estiver mais degradado e os próprios recursos forem ficando escassos.

Praticamente a totalidade dos pequenos agricultores serão levados a se especializar na prestação de serviços ambientais e abandonar a atividade de produção de alimentos. A negociação

de títulos florestais no mercado especulativo é um processo que, em aparência, os beneficiaria, mas que na realidade custeará em larga escala a regularização ambiental dos grandes desmatadores, ou seja, o latifúndio e o agronegócio ficam com a maior parte dos benefícios deste tipo de mercado, restando algumas migalhas para a pequena agricultura. Trata-se de uma forma nefasta de mercado, em que as empresas continuam aumentando suas taxas de lucro pela crescente apropriação dos bens comuns e exploração do trabalho, e lucrando ainda mais com os novos mercados de carbono e de pagamento pelos serviços ambientais para a compensação de suas atividades degradantes.

Dentro da mesma perspectiva em que as elites agrárias brasileiras, alinhadas com o capital internacional, desestruturam o código florestal de nosso país, há um movimento de desmonte da legislação ambiental em andamento em diversos países do mundo, em que o neoliberalismo com feições ambientais promove uma nova geopolítica de abertura das fronteiras e intromissão na gestão dos territórios. Por esta perspectiva os Estados nacionais perderiam totalmente a autonomia de gerir seus territórios, assim como assegurar a soberania sobre suas riquezas naturais, já que estas acabarão se tornando bens de compra e venda. As populações que tem seu modo de vida estreitamente ligado aos ambientes naturais estarão sobre ameaça, sendo privadas do acesso aos recursos e ambientes do qual dependem para desenvolver-se. Além do que as falsas soluções da nova forma de economia somente aumentarão os ganhos do empresariado transnacional com a regulação de suas próprias atividades degradantes, em suma não alterando em nada a lógica econômica que é destrutiva ao meio ambiente e à população. A economia verde e seu discurso ecológico representa a nova ofensiva do capital para submeter os povos, desmontar as soberanias territoriais e privatizar toda e qualquer forma de vida, estendendo a lógica mercantil à todos os processos vitais.

Em ocasião da Cúpula dos Povos, evento que ocorreu paralelamente à Rio+20, e representava a resistência das organizações populares frente às decisões tomadas na conferência, o sociólogo português Boaventura de Souza Santos chegou a comparar a proposta da economia verde ao presente de gregos a troianos: "É um Cavalo de Troia instalado na praia, é invisível e enorme. A economia verde é a cortina de fumaça que estão estabelecendo a nossa volta, porque é a melhor maneira para o capital global, financeiro, sobretudo, ter acesso à gestão dos recursos globais" (MATHIAS, M. 2012).

## **Considerações finais**

Com vista no debate promovido o movimento de afronta do capital privado sobre a soberania territorial das nações através de estratégias elaboradas no âmbito do discurso ecológico. Os direitos da natureza e os direitos coletivos dos povos são desconsiderados pelo avanço das transnacionais que operam globalmente um sistema econômico que destrói os ambientes e lança na miséria populações inteiras, para tanto tomando o ambientalismo como mote de atuação.

O movimento de internacionalização e privatização dos recursos naturais dentro do escopo da economia verde financeira é a nova fórmula de colonização imposta aos povos pelo imperialismo transnacional. Diante desta forma de dominação torna-se um desafio para os povos garantir a autonomia sobre a gestão dos territórios e a soberania sobre a utilização das riquezas naturais e a biodiversidade. Como o empresariado transnacional opera seu sistema de poder de maneira globalizada, se faz necessária e urgente a organização internacional de resistência ao movimento de dominação do neoliberalismo, principalmente em sua nova feição ambiental. Um exemplo deste tipo de resistência é a luta internacional de camponeses organizados na Via Campesina contra as formas de hegemonia impostas pelos impérios alimentares das transnacionais do agronegócio, que atuam através da Organização Mundial do Comércio (OMC). Para fazer frente ao poder oligopólico do empresariado somente as agendas agregadoras de lutas entre os países e formas de organização que enfrentem as imposições do mercado internacional são capazes de frear o avanço das transnacionais e garantir a autonomia das nações.

Segundo resoluções de acordos internacionais toda e qualquer nação deve ter garantida a autonomia de gerir seu território, como afirma o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ICESCR): “é reconhecido o direito à autodeterminação, ou seja, o direito dos povos de exercer a soberania sobre suas riquezas e recursos naturais como essencial para garantir a realização dos direitos humanos” (DESMARAIS, A.A. 2007).

A luta por esta autodeterminação que garanta a soberania territorial deve perfazer a agenda política de todas as nações que estão claramente ameaçadas pelas formas de intromissão em suas economias e desregulamentação das legislações ambientais. Conter o avanço do capital internacional e a política neoliberal com feições ambientais é tarefa colocada para os movimentos sociais de todo o globo, e tem de ser levada a cabo tão rápida e eficientemente quanto o movimento das formas de dominação.

## **Referências bibliográficas**

A VERDADE. **Revista teórica da Quarta Internacional**. São Paulo. N° 67, Janeiro, 2010. Disponível em <http://quatrieme-internationale.org/spip.php?article272> , data de acesso: 07 de set. de 2012.

ACCIOLY, Inny. **A consciência ambiental do capital**. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=63149> , data de acesso: 29 de ago. de 2012.

BERNARDO, João. **Ecologia: a fraude do nosso tempo**. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=53719> , data de acesso: 22 de jul. de 2012.

BRAVO, Elizabeth. **La biodiversidad y la soberania**. In: ACOSTA, Alberto; MARTINEZ, Esperanza (Org.). **Soberanias**. Quito, Equador: Ediciones Abya-Yala, 2010. p. 115-126.

COELHO, Ricardo. **O capitalismo lava mais verde**. Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/o-capitalismo-lava-mais-verde> , data de acesso: 04 de set. de 2012.

DESMARAIS, Anette Aurélie. **La Via Campesina: Globalization and the Power of Peasant**. Madrid: Editorial Popular S.A, 2007.

GALEANO, Eduardo H. **A impunidade dos exterminadores do planeta**. In: \_\_\_\_\_ (Ed). **De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2009.

MATHIAS, Maira. **A economia verde é um cavalo de Tróia invisível**. Disponível em : <http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia&Num=663> , data de acesso: 24 de ago. de 2012

MOLION, Luiz Carlos Baldicero. **Aquecimento global: uma visão crítica**. Revista Brasileira de Climatologia, v. 3/4, p. 7-24, 2008.

MONBIOT, George. **Como a “sustentabilidade” se transformou em ‘crescimento sustentado’**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/511049-como-a-sustentabilidade-se-transformou-em-crescimento-sustentado> , data de acesso: 24 de ago. de 2012.

PACKER, Larissa. **Pagamento por “serviços ambientais” e flexibilização do código florestal para um “capitalismo verde”**. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2011/08/Analise-PSA-CODIGO-Florestal-e-TEEB- Terra-de-direitos.pdf>, data de acesso: 12 de jul. de 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A construção geopolítica do neoliberalismo ambiental**. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 287-298.

VILELA, Flávia. **Evo Morales condena conceito de economia verde e aconselha países a estatizarem seus recursos naturais**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/>, data de acesso: 26 de ago. de 2012.